

# O Hegelianismo Visto por Peirce

## *Peirce's View of Hegelianism*

**Lauro Frederico Barbosa da Silveira**

Programa Pós-graduado de Filosofia da UNESP – Marília  
Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário “Eurípidés” de Marília  
lfbsilv@terra.com.br

**Resumo:** Peirce sempre se defrontou com a vertente alemã da fenomenologia herdada da obra de Kant. Dedicou longo comentário à lógica elaborada pelos acadêmicos alemães, salientando a profunda divergência nela estabelecida com a tradição medieval, com a razão compartilhada pelo comum dos homens e com os estudos que, ao longo dos séculos, os ingleses vieram realizando sobre o pensamento e suas leis. A Hegel e àqueles que adotaram por algum tempo seu pensamento, Peirce especialmente dedica longos comentários. Sempre denunciando as falhas que a seu ver aquele pensamento apresentava, esquadrinha em especial a lógica hegeliana sem, contudo, deixar de considerar as implicações metafísicas e teológicas nela contida. Dada a longa permanência de tais preocupações, a leitura de Hegel e de seus seguidores irá evoluindo conjuntamente com o próprio pensamento de Peirce. Em um primeiro momento, as críticas parecem mais contundentes, embora mais restritas a questões formais, para aos poucos irem se adentrando em questões de maior profundidade que implicam a dinâmica do conceito, os modos elementares de ser e as pressuposições metafísicas e teológicas nem sempre confessadas do respeitável pensador alemão.

A evolução da leitura feita por Peirce da obra de Hegel e daquela nela inspirada, contribui, por seu lado, para que se acompanhe a evolução do próprio pensamento de Peirce. As primeiras críticas restringem-se às inadmissíveis transgressões às regras mais elementares da silogística, certamente em favor do atendimento à experiência psicológica dos sujeitos no tempo. Com a adoção da lógica dos relativos, tendo por conseqüência a evolução no próprio conceito de inferência e, principalmente, com o desenvolvimento da Faneroscopia e a dedução de um novo e mais universal quadro de categorias, a crítica feita ao pensamento hegeliano torna-se menos drástica, embora, talvez, mais profunda.

Peirce, nos primeiros anos do século XX, supera a idiosincrasia inicial relativamente a Hegel e, invertendo o curso da moda, começa a manifestar mais claramente seu reconhecimento do valor do pensamento daquele filósofo, no momento mesmo em que o hegelianismo, tanto na Universidade alemã quanto no seio das instituições anglo-americanas, começa a experimentar uma onda de desprestígio tão gratuita quanto fora sua açoitada aceitação. Irá Peirce reconhecer, na fase mais madura de seu pensamento, a proximidade de seu pensamento com a proposta hegeliana, apesar de alguns erros lógicos por ele sempre apontados, como, sobretudo, a redução forçada do fenômeno ao conceito, em prejuízo da potencialidade afirmativa do ser e do caráter irreduzível da existência a qualquer generalização.

O acompanhamento mais próximo da leitura crítica feita por Peirce da obra de Hegel e de hegelianos, como Josiah Royce, mesmo que abreviado, contribuirá para que melhor se avaliem as diferenças entre os autores e a aproximação que entre eles se estabelece, devida, certamente, ao apreço que todos eles dedicam ao fenômeno como objeto próprio do conhecimento.

**Palavras-chave:** Lógica. Metafísica. Kant. Hegelianismo. Josiah Royce. Sentimento de racionalidade.

**Abstract:** *Peirce always confronted the German perspective of phenomenology inherited from Kant's works. He comments at length on the logic developed by German scholars, emphasizing its deep discrepancies with medieval tradition, with the reason shared by most of mankind and with the studies that, throughout centuries, the British have conducted on thought and its laws. To Hegel and those who, for a time, adopted his thought, Peirce dedicates lengthy observations. Always denouncing the flaws that, to his mind, such thought contained, he scrutinized particularly the Hegelian logic without, however, ignoring the metaphysical (and thereby) the theological implications contained therein. Given the extended permanency of such concerns, the reading of Hegel and followers evolved alongside Peirce's own thought. Seemingly harsher at first, albeit more confined to formal issues, the criticisms then slowly penetrated deeper issues involving concept dynamics, the elementary ways of being and the (seldom admitted) metaphysical and theological presuppositions of the respectable German thinker.*

*The evolution of Peirce's reading of Hegel's works, and of those inspired by Hegel, enabled, in turn, to keep pace with the evolution of Peirce's own thought. The first criticisms were confined to the inadmissible transgressions of the most elementary rules of sylogistics, certainly in favor of satisfying the psychological experience of the subjects in time. After the adoption of the logic of the relatives, resulting in the evolution of the inference concept itself and, primarily, after the development of Phaneroscopy and the reasoning for a new and more universal set of categories, the criticism directed towards Hegelian thought became less drastic, though perhaps, deeper.*

*In the early twentieth century, Peirce overcame his initial idiosyncrasy towards Hegel and, reversing the trend, started to show more clearly his acknowledgment of the value of this philosopher's thoughts, at the exact moment that Hegelianism, both in the German academia and within Anglo-American institutions, started to fall under a wave of disrepute as gratuitous as its hasty acceptance had been. At a more mature stage of his thought, Peirce recognized the proximity of his thought to the Hegelian proposition, notwithstanding a few logical errors always pointed out by him such as, and especially, the forced reduction of phenomenon to concept, to the detriment of the affirmative potentiality of being, and of the irreducible nature of existence to any generalization.*

*A closer look at Peirce's critical reading of Hegel's work, and of the work of Hegelians such as Josiah Royce, even considering that it should be brief, given the convenient brevity of the period of exposure, will help towards a better appreciation of the differences between authors and of their coming together due, certainly, to the high regard in which they all hold phenomenon as an inherent object of knowledge.*

**Key-words:** *Logic. Metaphysics. Kant. Hegelianism. Josiah Royce. Feeling of rationality.*

Em um famoso texto de 1905, intitulado *What pragmatism is* (CP 5.411-37), que em português se traduziu por *O que é Pragmatismo*<sup>1</sup>, após conferir à máxima que já há anos vinha propondo uma formulação mais explícita e bem menos sujeita a equívocos, Peirce, a certa altura, faz questão de delinear os limites da proposta metodológica que vinha fazendo e explícita o que lhe parece ser mais importante em todo procedimento científico. Dirá, então que *a riqueza dos fenômenos se encontra em sua qualidade sensível; o pragmatismo não pretende definir os equivalentes fenomênicos de palavras ou idéias gerais, mas, ao contrário, eliminar seu elemento sensual, e empenha-se em definir seu conteúdo racional, e este conteúdo ele o encontra no efeito intencional da palavra ou da proposição em questão.*

Peirce terá ocasião de defender veementemente a independência da verdade lógica das proposições com relação às asserções, nelas emitidas, assim como com relação a um instinto de racionalidade suposto pela lógica prevalecente entre autores alemães. Denunciará, igualmente, a falsa dependência da lógica quer da psicologia, quer de uma metafísica defensora de um a priori da razão, implicada na obra daqueles mesmos autores.

Em *The Fixation of Belief* (CP 5.358-87), publicado em português com o título de *A fixação das crenças*<sup>2</sup>, datado de 1877, e publicado imediatamente antes de *How to Make our Ideas Clear*, Peirce enumera e discute vários fundamentos que a razão encontra para fixar sua crença. Após apontar a *tenacidade* pela qual alguém fixa sua crença em seus próprios preconceitos e fecha os ouvidos para qualquer outra voz ou para qualquer experiência; a *autoridade*, pela qual uma comunidade participa de uma crença porque alguém a doutrina; e antes de apresentar a fixação da crença baseada em um critério experimental, em que a reação dos fatos põe em cheque as representações que deles fazemos e, com isso, alcança-se o estágio verdadeiramente *científico* e público de determinação da conduta, Peirce denuncia um critério de fixação da crença que passou a dominar o pensamento ocidental a partir do surgimento do que poderia ser reconhecido como cartesianismo e que se encontra presente nas diversas de doutrinas filosóficas que elegem a consciência, seja ela individual ou coletiva, como instância última da determinação da conduta. Denomina esse modo de fixação da crença de *a priori*, e o denuncia como profundamente ilusório. Com efeito, sob a aparência de ser o instaurador da máxima objetividade no domínio do conhecimento, esse modo de fixação da crença se coloca em atitude servil, ao agrado de certa representação da razão, radicalmente equivocada, pois irremediavelmente particular e subjetiva. Faz Peirce observar que, ao se adotar tal método de determinação da conduta, fica a razão incapaz de sensibilizar-se diante dos fatos mais flagrantes que se oponham à representação que deles é feita, para só se perturbar se lhe for apontada alguma inconsistência diante da doutrina que abraçou como verdadeira.

Em outros momentos de sua obra, a mesma crítica será dirigida mais especialmente à lógica predominante entre alguns autores alemães ou, ainda, em outros momentos, especialmente ao pensamento de Hegel e de alguns de seus seguidores.

Entre os autores alemães mais diretamente referidos por Peirce ao elaborar sua crítica ao estatuto da lógica, tal como seria por eles proposto, pode-se encontrar os

<sup>1</sup> *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 283-299.

<sup>2</sup> HEGENBERG. Pp. cit., 71-92.

nomes de Sigwart, Wundt, Schuppe, Erdmann, Glogau e Husserl, todos eles mencionados em um texto datado de 1902 (CP 2.151-2). A alguns deles, como Schuppe e Glogau, poucas referências são feitas; a Erdmann e a Husserl é dedicada maior atenção, sendo a este último conferido grande respeito (CP 2.64 e 4.7); a Wundt são feitas longas considerações, sobretudo ao se considerar seus respeitáveis trabalhos em psicologia, lamentando somente sua tardia inclinação para a lógica como subsidiária dos estudos comportamentais (CP 8.202-3); finalmente, Christopher Sigwart é freqüentemente mencionado e veementemente criticado, certamente devido a sua influência na formação de outros lógicos, como Schroeder e, mediante este, John Dewey, ambos estreitamente relacionados ao pensamento do autor (CP 2.19-20, 209, 385 ss.; 3.431; 5.85; 6.370; 8.190). As críticas a Hegel são tantas, e tão elaboradas, que merecem um tratamento à parte. No horizonte de todas essas críticas, delineia-se a figura de Kant, como presença decisiva do pensamento não só alemão mas de todo o mundo ocidental, cujo mérito Peirce jamais pôs em dúvida no próprio universo da lógica, embora necessite contrapor-se-lhe quase que constantemente.

A crítica à lógica predominante entre tais autores alemães incide, com freqüência, sobre determinadas teses que, aos olhos de Peirce, submetem aquela ciência a um sentimento da parte de quem a pratica. Embora o texto peirceano se estenda, em minúcias, tanto à apresentação das teses quanto a sua refutação, e, em determinados momentos de sua obra, não faça recair com igual peso todas as teses sobre cada um dos lógicos tomados em particular, talvez não falsearia, na essência, seu pensamento, procurar resumi-las. Aceitando, em *Why Study Logic*, de 1902 (CP 2.119-218), generalizar tais teses e visando aparentemente a confrontar-se mais com aqueles primeiros seis nomes mencionados, Peirce enumera-as sob a forma de cinco enunciados:

1. A uma operação fisiológica, tal como é o raciocínio, não pode ser atribuída bondade ou maldade, salvo numa concepção pré-científica sem nenhuma garantia racional.
2. Anteriormente a qualquer atribuição de bondade ou maldade ao raciocínio, deve-se reconhecer a semelhança que mantém entre si a estética, a ética e a lógica.
3. Supor, com a lógica de tradição inglesa, que exista uma entidade objetiva tal como a Racionalidade, seria abandonar bruscamente todo pensamento moderno, desde Descartes. O fator essencial da doutrina inglesa da racionalidade é que haveria um elemento radicalmente irracional no Fato, um elemento de força bruta, que [Peirce], este novo defensor da doutrina, afirma ser antigeral.
4. Mesmo que se adote a doutrina inglesa, segundo a qual a verdade lógica independe da aceitação de quem a pratica, nossa última e única segurança deve se encontrar na precisão dos juízos naturais da mente, o que é originariamente racional. Praticamente, devemos assumir que aqueles juízos são infalíveis. Pois, seja qual for o critério de racionalidade que adotemos, uma vez adotado, esse critério será necessário para a razão. Assim, fazemos apelo, em última instância, ao testemunho da mente sobre o que seja um bom raciocínio; e, se fazemos tal apelo, é supérfluo convocar qualquer outra testemunha.
5. O universo tem uma constituição racional. Ora, se todos os homens, em qualquer lugar e sempre, sem hesitação, afirmaram alguma coisa como uma ne-

cessidade da razão, isso se constitui num argumento muito forte não somente para a mente humana, mas para toda mente enquanto tal, conferindo-lhe a mesma necessidade de que é dotado o universo. Portanto, em conexão com a constituição racional do universo, seguir-se-á que alguém que raciocine, nisso confiando, não poderá achar que os fatos desapontarão a expectativa que essa racionalidade justifica. De acordo com isso, essa concordância dos fatos com as promessas de um argumento que os ingleses vêem como *constituindo* a racionalidade do argumento é, na verdade, simplesmente um corolário da afirmação de que o argumento deva ser agradável à Razão, enquanto Razão, cuja aceitação católica<sup>3</sup> (ou seja, universal) por todas as mentes humanas é uma evidência suficiente.

Tanto ao segundo quanto ao quinto argumento, Peirce oferece uma resposta tão logo os apresenta. Aos outros três, dedicará um espaço à parte. Em resposta ao segundo argumento, o qual desqualificava qualquer critério independente da subjetividade para se avaliar a bondade ou maldade de um raciocínio, já que identificava como pertencendo à mesma família as considerações sobre o belo, o bom e o verdadeiro, todos eles caracterizados como sentimentos, Peirce faz questão de esclarecer que a existência de tal homogeneidade é ilusória. O bem estético, dizendo respeito ao sentimento, é predominantemente subjetivo. O bem ético assume uma posição intermediária em que a decisão da vontade, embora sendo expressão imediata da subjetividade, guarda um certo viés objetivo, pois, não obstante intransferível em sua soberania, escuta, freqüentemente, a voz da razão sobre o que deve ser o bem ultimamente procurado. O bem lógico, ou a verdade, impõe-se à razão independentemente de qualquer sentimento ou de qualquer decisão moral, guardando, pois, total objetividade. Ao quinto argumento, que fazia com que a conformidade à experiência, aceita pelos ingleses, decorresse do pressuposto de que o universo é intrinsecamente racional, Peirce responde com as seguintes considerações:

Impusesse-se esse argumento, minha resposta a ele seria que alguém que raciocina, enquanto tal, não se preocupa se essa é a constituição metafísica do universo ou não. Ele somente se preocupa com que os fatos não desapontem as promessas de suas argumentações. Portanto, a racionalidade de um raciocínio, no sentido daquele caráter de um raciocínio que quem raciocina tem em mira, não consiste precisamente naquele acordo necessário dos fatos com o que é proferido no argumento, tal como a doutrina inglesa faz com que consista. (§ 159)

A objeção principal de Peirce a esse argumento se repete com freqüência em sua obra. Uma tese metafísica, como é a da racionalidade intrínseca do universo, afirma Peirce, decorre de uma boa fundamentação lógica e das exigências que esta produz, e não o inverso. Para bem raciocinar, não é exigido que se defenda uma tese metafísica, mas que se verifique a capacidade representativa do raciocínio, diante do objeto estritamente fenomênico que se quer representar e com ele interagir no futuro. Pode e deve a razão propor teoricamente hipóteses de como seria um universo para o qual nossas representações fossem consistentes, mas a representação jamais poderia servir de pre-

<sup>3</sup> Notar que a palavra “católica” está sendo tomada pelo autor em seu sentido etimologicamente original, ou seja, como aponta o texto, significando “universal”.

missa maior para que se tirassem conclusões sobre a verdade e a correção de nossos raciocínios. Essa inversão indevida, sempre Peirce se sentirá na obrigação de repetir, é um dos principais equívocos do pensamento lógico alemão.

As respostas aos demais argumentos são precedidas de algumas considerações sobre a natureza do raciocínio, enfocado segundo a lógica de tradição inglesa e que o autor plenamente assume como a mais apropriada para considerar a bondade lógica.

Tudo leva a crer que tanto o raciocínio científico quanto o do senso comum se fazem por via da observação e da generalização. Tomam-se os dados, constroem-se para eles diagramas cujas relações devem corresponder àquelas que articulam entre si os componentes dos dados observados. Todos os casos análogos aos dados observados serão igualmente representados no diagrama construído.

O que diferenciaria a construção científica da resultante do senso comum seria tão-somente o grau de autocontrole mais rigoroso procurado pela primeira. Do senso comum à ciência, somente o rigor, aumentando o autocontrole diante de possíveis erros, estabeleceria a diferença, tudo sendo, por conseguinte, uma questão de disciplina da conduta tendo em vista o objeto desejado.

Centrado na correspondência procurada entre o diagrama construído e o objeto a ser alcançado, o homem do senso comum, e mais especialmente o lógico, segundo a tradição inglesa, sustenta sua inferência na crença da inteligibilidade do real e não em algum instinto de que as mentes seriam dotadas para conferir verdade às representações. Em resumo, pode-se ler no texto peirceano a apresentação desta postura:

O lógico inglês, portanto, não somente mantém que a maneira apropriada de decidir se um dado argumento é válido ou não é a de considerar se há alguma coisa na constituição do universo e na natureza das coisas que garanta que os fatos serão tais como o argumento promete que eles serão, e irá tão longe a ponto de sustentar que nossos juízos ordinários do senso comum, com respeito à validade dos argumentos, são formados do mesmo modo, e diferem dos juízos da lógica científica somente por se assentarem num pensamento mais vago e menos distinto. Solicitar-lhe, pois, que abandone seu método de estimar a validade dos argumentos em favor do método alemão de fazer apelo aos juízos naturais do bom senso é, em sua apreensão, nada mais nada menos que lhe pedir que abandone o pensamento exato para adotar uma espécie de pensamento que somente difere do dele por ser frouxo e confuso. (§161)

Seguem-se as respostas a cada um dos argumentos que a lógica alemã apresentaria em sua defesa contra a lógica de tradição inglesa, salvo aquela resposta que já tinha sido dada ao segundo argumento. No primeiro argumento, apontava-se o justo absurdo de que uma função fisiológica, portanto anterior a qualquer controle racional, pudesse ser julgada boa ou má. Peirce concorda plenamente com essa observação, mas põe em questão, precisamente, se o raciocínio se reduz a uma função dessa natureza. O raciocínio é um meio e não um fim para a conduta, e como meio deve ser julgado quanto à sua adequação à função que se espera deva exercer. Não é, pois, da simples natureza do sentimento, nem se mede por ela, embora ninguém negue que o raciocinar implique sentimentos. Sua função é objetiva, dada sua natureza exclusivamente mediadora. Submisso ao autocontrole, será bom o raciocínio capaz de representar adequadamente o objeto, e mau, o que não o fizer. Peirce, então, irá dizer:

O raciocínio não é uma operação fisiológica; sendo um método, perfeitamente sob nosso controle, de atingir-se um fim, aquele de afirmar como aparecerão

os fenômenos futuros. Quanto ao propósito de uma operação fisiológica, nada sabemos, embora possamos presumir que seu destino seja realizar a função que de fato realiza. Os alemães, com sua disposição para tudo encarar subjetivamente, isto é, em sua intimidade como sentimento, querem que gostemos ou não gostemos de raciocinar, como podemos fazer com uma peça musical; mas eles encaram o juízo natural de racionalidade como um mero juízo de sentimento, subestimando o fato de que o homem, tanto quanto o lógico inglês, deseja asseverar sobre fatos verdadeiros; encaram o raciocínio como meio de fazer isso, e adotam o modo de raciocinar que de fato adotam, porque, tanto quanto o estado confuso de suas idéias lhe permite julgar, devem levá-lo à verdade, como uma regra. (§165)

O terceiro argumento acusava a lógica inglesa de voltar a propor questões que a filosofia desde Descartes tinha superado. Defenderia a tese da realidade de alguma instância fundadora da verdade que independeria do sujeito que conhece. O fato representado em nada dependeria da representação e a ela conferiria verdade ou falsidade. Mais ainda, as posições defendidas por lógicos, como Peirce, contrariariam os mais recentes lógicos ingleses, que já teriam aderido às modificações introduzidas pela modernidade na concepção do conhecimento e de sua fundamentação.

A resposta dada por Peirce, mais uma vez, concorda com o princípio geral evocado, mas discorda de sua aplicabilidade ao que se pretende defender. O respeito à tradição e a busca de consenso e a necessidade de cooperação entre os investigadores são plenamente compartilhados por Peirce. A tradição, como anteriormente já tinha sido apontada, na verdade estaria sendo muito mais respeitada por aqueles que, desde Aristóteles, encontravam a fundamentação da verdade lógica em uma esfera independente de quem raciocina. O consenso e a cooperação entre os investigadores só serão alcançados quando sustentados em fundamentos lógicos do bem raciocinar, e, não, em meras suposições metafísicas sobre uma origem transcendental do conhecimento.

Ao quarto argumento, atribui Peirce a maior importância, dado que defende explicitamente um instinto natural de racionalidade, considerando esta racionalidade como juízo decorrente desse instinto. A resposta a tal argumento fundamentar-se-á no princípio da continuidade e, com esse, na noção de hábito e de aprendizagem. A opinião segundo a qual se possui um instinto originário de racionalidade, ao qual só caberia escutar e deixar expressar-se, é, de fato, compreensível a quem não observar com cuidado, sobretudo nos casos mais complicados, como a conduta racional procede para produzir inferências e determinar-se em face do futuro. Hábitos profundamente adquiridos subtraem à consciência o modo mesmo como são formados e no que se constituem. O exemplo mais adequado que Peirce supõe poder oferecer para a reflexão sobre a natureza mediata, adquirida e eminentemente falível, do processo pelo qual a mente infere conclusões de uma determinada situação é o do jogo de dados. Se chacoalhado o copo, e antes de serem lançados os dados, tivermos de adivinhar se o resultado será uma dupla ou não, não é a um instinto que recorreremos para adquirir algum domínio sobre a resposta que daremos mas a uma construção formal em que, diz o texto,

...faço um diagrama mental de todas as possíveis jogadas, e, nele confiando, respondo que creio que o próximo lance não apresentará um duplo. Essa é inquestionavelmente uma inferência provável. Fazendo-a, da única coisa de que estou consciente ao responder, é de meu diagrama mental, como representando o curso provável da experiência. (§ 169)



Haverá casos para os quais a aprendizagem se fez em momentos muito iniciais de nossa existência, como é o caso da língua materna; outros, em que a aquisição se tenha dado via evolução e passam a manifestar-se na forma de instinto. Nenhum deles dispensa, para sua aquisição, um processo de aprendizagem e de aperfeiçoamento, podendo ser perdidos ou recuperados. O procedimento implicado será sempre o da construção e do desenvolvimento de diagramas que generalizam para casos análogos o que se representou para um determinado caso. O texto, então, dirá que o procedimento se fará da seguinte maneira:

Imaginamos casos, colocamos diagramas mentais diante dos olhos de nossa mente, e multiplicamos esses casos, até que se forme um hábito de esperar que sempre aconteça aquele caso, visto ser o resultado em todos os diagramas. Fazer apelo a tal hábito é uma coisa muito diferente de fazer apelo a qualquer instinto imediato de racionalidade. Não há nenhuma dúvida de que o processo de formação de um hábito de raciocínio pelo uso de diagramas é freqüentemente levado a efeito. Ele está perfeitamente aberto à consciência. Por que não podem todos os nossos juízos naturais sobre o que é bem raciocinar ser fundados em hábitos formados daquele mesmo modo? Se assim for, a doutrina alemã cai por terra; pois, formar-se uma noção de raciocínio correto, com diagramas mostrando o que acontecerá, é formar aquela noção virtualmente de acordo com a doutrina inglesa da lógica, raciocinando com base na natureza das coisas. Isso equivale a dizer que um hábito é involuntariamente formado pela consideração de diagramas, cujo processo, quando deliberadamente aprovado, torna-se um raciocínio indutivo. (§170)

A proposição de sentimento imediato, instintivo, de racionalidade, muito diverso de um instinto formado ao longo de um processo evolutivo, pela formação e interiorização de hábitos, enfrentaria sérios óbices, diante do caráter falível de toda conduta. Mesmo que essa restrição não fosse levada em conta, seria ela supérflua e, portanto, desaconselhável para explicar um fenômeno que uma hipótese mais simples e universal é capaz de perfeitamente dar conta. Com efeito, nesse momento, a incompatibilidade entre o imediato da sensibilidade instintiva proposta pelos lógicos alemães e a falibilidade universal das representações não é enfatizada por Peirce. Em sua resposta, contudo, ele se voltará para o caráter supérfluo da proposição da existência de tal sensibilidade, e, conseqüentemente, da inconveniência de mantê-la. Diz, desse modo, o texto:

A não ser que haja, adicionalmente, algum sentimento imediato instintivo de racionalidade, a teoria alemã não pode estar correta. Mas não se tem notícia de prova da existência de tal sentimento instintivo adicional. Não oferecendo sequer uma pretensa prova ou algo semelhante a tal prova, os lógicos alemães se mantêm cada vez mais alto acima das obrigações científicas usuais. (§170)

Mais ainda, Peirce faz notar que nossa experiência ao pensarmos manifesta, com muita freqüência, profunda discrepância entre o pendor dos instintos e as exigências do bem agir. Embora, contudo, possamos aperfeiçoar nossos conhecimentos de lógica e criticar concepções passadas, não experimentamos em nenhum momento o conflito comumente presente na esfera ética. Tão logo descobrimos nossos erros na esfera da lógica, nós os abandonamos sem guardar nenhum resquício da crença anterior. Se essa crença fosse da natureza de um sentimento inato de racionalidade, experimentaríamos no domínio lógico as mesmas resistências que experimentamos no domínio ético e, mais ainda, no domínio do gosto.



Peirce termina sua longa discussão, reafirmando o caráter mediador das representações lógicas, inseridas que estão no âmbito mais geral da busca de fins últimos no contexto fenomenológico insuperável da mente. Nesse contexto, são os fatos que impõem ser queridos e, por consequência, representados. Somos fadados a representar a realidade, como único recurso que nos resta para dirigirmos nossa conduta na direção do que atrai, em última instância, nossa volição. Não se nega poder haver um comprometimento dos sentimentos no raciocinar, mas o bom exercício racional não supõe necessariamente o atendimento a algum prazer intrínseco ao executá-lo. Em suma, nas palavras de Peirce, cremos poder encontrar essas mesmas considerações:

Os fatos são coisas duras que não consistem em eu pensá-los como sendo de um jeito ou de outro, mas permanecem imóveis quer você, eu, ou qualquer homem ou geração de homens, possamos opinar sobre eles. São a esses fatos que eu quero conhecer, de modo que se evitassem desapontamentos ou desastres. Uma vez que, em última instância, eles estão fadados a pressionar-me, então que eu os conheça quanto mais cedo possível e me prepare para eles. Este é, em última análise, meu único motivo de raciocinar. Pura e simplesmente, pois, desejo raciocinar de tal modo que os fatos não me causem desapontamento nem possam causá-lo, quanto às promessas feitas por meu raciocínio. (§ 173)

A crítica de Peirce a Hegel e a seus seguidores, como, nos Estados Unidos da América, seria o caso de Josiah Royce, em suas primeiras obras<sup>4</sup>, especialmente no que diz respeito à objetividade e independência da verdade lógica relativamente a qualquer instância subjetiva ou a alguma expressão da consciência, retoma, com frequência, a argumentação contrária à lógica de tradição alemã, em geral, e expressa-se de diversas maneiras ao longo de toda a obra peirceana.

Para a apresentação dessa crítica, agrupei os textos em cinco tópicos, o mesmo texto aparecendo algumas vezes em mais de um tópico. Esses tópicos representariam os principais aspectos do pensamento de Hegel e de seus seguidores, que Peirce julga trazerem consigo graves defeitos atribuíveis à concepção de lógica por eles adotada.

O primeiro tópico diz respeito aos erros lógicos que pretendem legitimar a produção de uma conclusão falsa a partir de premissas verdadeiras ou a restringir a via principal da inferência à conclusão de uma verdade com base em premissas falsas; o segundo tópico refere-se à redução do pensamento ao conceito; o terceiro, denuncia a redução, adotada por Hegel e seus seguidores, por meio da negação, de todas as conclusões passíveis de serem tiradas de um raciocínio a uma só delas; o quarto tópico denuncia a redução do ser ao ser representado e, finalmente, o quinto tópico, aponta como indevida a subordinação da lógica à metafísica, levando à elaboração de um pensamento de caráter teológico. Quatro textos parecem-me exemplares do primeiro tópico.

Em 1868, em *Grounds of Validity* (CP 5.330-2), quando ainda centralizava o estudo do argumento na forma silogística e não na construção diagramática considerada em sua plena generalidade, opunha-se Peirce à proposta hegeliana sob, ao menos, três aspectos: Hegel teria considerado parcial e insuficiente o raciocínio ordinário para o conhecimento completo do objeto. Para Peirce, tal posição implicava a introdução, de

<sup>4</sup> *The Religious Aspect of Philosophy* (1895) e *The World and the Individual* (1901). Os textos de Josiah Royce foram consultados na edição *Josiah Royce, Selected Writings*. Edited by John E. Smith and William Kluback. Mahwah, NJ: Paulist Press, 1988.

direito, do incognoscível no domínio da razão e, conseqüentemente, um verdadeiro suicídio da razão ao conceber o inconcebível para definir seu próprio domínio. Tal confusão continuará a ser apontada por Peirce em momentos posteriores de sua obra, como não distinguindo a questão de direito da questão de fato, e atribui ao futuro as características de particulares, exclusivas do passado: o fato de sempre haver o que a razão não vai conhecer como atributo do futuro, domínio do *poder ser* como representação do geral e do contínuo, ser tomado esse fato como a existência de algum aspecto do real que escapa, de direito, à investigação racional.

A articulação conclusiva do silogismo teria sido considerada por Hegel e, posteriormente a ele, por quase toda a tradição da lógica alemã, como de natureza subjetiva incluída na ordem do conhecimento. Sendo assim, o silogismo não representaria, de direito, como *as coisas realmente são*. Caso, no entanto, a realidade dos fatos representada na conclusão não for menor que aquela representada nas premissas, a conexão entre os fatos determinados nas premissas e os da conclusão – cuja validade formal não está sendo posta em questão – será igualmente objetiva. A inferência da conseqüência à causa, referindo-se a fatos, reconhece a validade de direito dessa conexão, independentemente do convencimento meramente subjetivo de quem produz a inferência, já que ela não se reduz à particularidade dos *fatos* mas representa a conexão geral *a ser verificada no futuro*. Essa ampliação não é, conseqüentemente, decorrente de uma adivinhação, mas do estabelecimento de um prognóstico como condição experimental.

Hegel teria denunciado a insuficiência do silogismo para garantir, a partir de premissas verdadeiras, a verdade da conclusão, já que haveria conclusões falsas decorrentes das premissas e de princípios determinantes de conseqüências verdadeiras. Seguiam-se exemplos que, como tenta demonstrar Peirce, de nada valeriam, pois ou não respeitam regras fundamentais da silogística ou pretendem introduzir regras não aceitas tradicionalmente: silogismos com quatro termos, o que faz com que o predicado na conclusão não esteja contido nas premissas; a cópula não ser a mesma na atribuição do predicado ao sujeito (a troca do verbo “ter” pelo verbo “ser”); o termo médio não ser o mesmo (tomado uma vez como abstração e outra, como qualidade a ser predicada); o sujeito ser tomado coletivamente na maior e, distributivamente, na menor e na conclusão; entre outras.

Em 1877, em *The Fixation of Belief* (CP 5.385-6), as críticas apresentadas acima tomaram uma dimensão mais ampla, caracterizando a insuficiência da lógica formal denunciada por Hegel e as transgressões aceitas pela dialética, como decorrentes do vício geral do método a priori de fixação da crença. Conferindo à consciência um poder transcendental, este método desenvolver-se-ia essencialmente, nas próprias palavras de Peirce, *sem se pensar conforme se é inclinado a pensar*. Sub-repticiamente, o psicológico invadiria o domínio lógico e conferiria ao subjetivo, e às suas instabilidades, dimensões ontológicas absolutas e totalizantes.

O sistema hegeliano, especialmente, consagraria essa posição se constituindo como lógica geral diante da sucessão conflitante das tendências para a fixação da opinião. Não discrepando muito do estado da ciência em sua época, a proposta hegeliana encontra nos frutos históricos do pensamento uma comprovação de suas pretensões. Os fatos não guardando autonomia real ante a razão, a esta se submetem, desde o início estando garantido que as conclusões a serem alcançadas satisfarão confortavelmente as pretensões da razão de alcançar a plena soberania quanto ao real.

Em *The Essence of Reasoning*, datado de 1893 (CP 4.69-70), a restrição que Peirce faz aos lógicos de tendência hegeliana não é tanto a de aceitarem conclusões

falsas tiradas de premissas verdadeiras, caso que Peirce toma como absolutamente inaceitável, mas de restringirem-se à aceitação de que premissas falsas conduzam a conclusões verdadeiras, não conferindo igual peso aos demais casos igualmente sustentáveis.

Do falso concluir-se o verdadeiro, no presente texto, enseja a distinção entre um pensamento que privilegiaria a profundidade da alma e, poder-se-ia dizer com Peirce, do movimento provindo dos seminários teológicos, da conversão como superação de si, e um outro, que reconheceria a hegemonia da experiência e do embate com o fato e a natureza. Esta última concepção de pensamento caracteriza a investigação científica, a qual exige que toda inferência, para legitimar-se, deve sustentar-se em premissas verdadeiras mesmo que estabelecida pelo método da redução ao absurdo. Como toda inferência se sustenta num princípio condutor, o primeiro termo da comparação privilegiará a iluminação interior, enquanto o segundo se restringe a professar que a verdade, se for alcançada, ela o será pela persistência no método experimental e no confronto isento com os fatos, embora não se exclua da ciência a dedução com base num diagrama imaginário como modo de se estabelecerem antecipações da experiência.

Finalmente, num manuscrito intitulado *Modus Ponens* (MS 748<sup>5</sup>; NEM 111[1]: 753 s)<sup>6</sup>, não datado, o qual, após definir o princípio de contradição e do terceiro excluído, encaminha-se para mostrar que o valor de ambos é desigual, já que os valores verdade e falsidade são reciprocamente excludentes, mas que a respeito de certos assuntos não há verdade ou *falsidade*, Peirce atribui, então, à lógica hegeliana um estatuto diferente daquela que rege o pensamento dos homens comuns. Ao comentar, com efeito, o princípio de contradição como a recíproca exclusão de verdade e falsidade, diz que Hegel somente professou a absoluta coexistência de ambas como atributo de uma única proposição. Isso se deveria ao fato de Hegel ter-se confundido sobre a relação existente, de fato, entre seu próprio pensamento e o dos homens comuns. Sem dúvida, o texto deixa vaga a referência a essa diferença, a qual, no entanto, pode situar-se na dimensão temporal intrínseca à lógica hegeliana que, para Peirce, deve ser eliminada de modo que não se confundissem relações lógicas e relações epistemológicas.<sup>7</sup> Esta dimensão, aliás, decorreria da centralização da lógica na consciência e do caráter subjetivo do valor da proposição.

O segundo tópico, sobre o qual incide a crítica de Peirce à dialética de Hegel e de seus seguidores, diz respeito ao *aufheben* e à redução de toda forma de pensamento ao conceito (*Begriff*). Certamente é a respeito desse tópico que mais freqüentemente, embora não desde tão cedo, Peirce tece seus comentários. Em 1885, numa resenha do livro de Josiah Royce, *The Religious Aspects of Philosophy* (CP 8.39-54), Peirce inicia sua crítica à redução dialética do real ao modo de ser do conceito. Tal crítica configurar-se-á, cada vez mais claramente, como crítica ao *aufheben* e, conseqüentemente, ao princípio motor da

<sup>5</sup> Pela abreviatura MS 748, indica-se o manuscrito dotado daquela numeração, segundo ROBIN, Richard. *The annotated catalogue of the papers of Ch. S. Peirce*. Amherst, MA: The University of Massachusetts, 1967.

<sup>6</sup> *The new elements of mathematics of Ch. S. Peirce*. Edited by Carolyn Eisele. The Hague, Mouton, 1976. As referências a essa obra se fazem com as três letras NEM, seguidas do número do volume e do número da(s) página(s). Na presente citação, trata-se do volume 3, fascículo 1, páginas 753 e seguinte.

<sup>7</sup> Cf. HAACK, Susan. Fallibilism and necessity. In: *Syntese* 41(1979), e CP 1.490-9 (1896).

dialética hegeliana. Dependente do contexto da filosofia alemã que, se de um lado valorizava a lógica, de outro a submetia aos interesses da teologia e da razão pura, Josiah Royce teria atribuído ao termo geral de uma proposição a função denotativa relativamente ao sujeito de atribuição. Peirce, então, insiste na função indicativa irreduzível a qualquer generalidade objetiva dos demonstrativos, sem a qual, nenhuma proposição pode referir-se ao real existente. Essa ponte necessária para o real não pode, desde Kant, ser exercida pelo conceito ou ser a ele reduzida. Se não for necessário atribuí-la à forma da intuição, cabe então atribuí-la ao ato de pensar, à volição não distanciada das próprias exigências biofísicas de quem emite o juízo, como prefere assumir Peirce, embora consciente das críticas que contra ele se dirigiram. Não ter reconhecido essa irreduzibilidade do que é outro e da experiência factual do confronto, e não a ter levado em conta na elaboração da lógica, teria sido *o erro capital de Hegel*, nas palavras do texto.

Em *A Guess at the Riddle*, datado de 1890 (CP 5.366-8), após mostrar que conjuntos triádicos de relações, ou tríades, embora sob formas degeneradas, estão presentes na natureza e não somente nas representações mentais, como leis gerais e efetivas, irreduzíveis às meras relações de ação e reação, ou mesmo quando permitem o agrupamento das classes de indivíduos em História Natural, Peirce relembra que a tríade em filosofia, por ele próprio adotada, não só pertence a uma velha tradição, como tem em Hegel um proeminente propositor. Insiste, no entanto, na diferença entre sua filosofia e a de Hegel, especialmente por este ter desconhecido a irreduzibilidade das relações diádicas ou *secundidade*, constituídas de “um mundo real com ações e reações reais”, e por ele ter, como posteriormente será visto, reduzido as possibilidades de aplicação do cálculo em metafísica às puras operações permitidas por um arbitrário e artificialmente restrito método dialético.

Em *The Logic of Mathematics* (CP 1.409-99), encontra-se uma argumentação que, posteriormente, será desenvolvida como crítica ao imediato em Hegel. Considerando a tríade categorial em que *primeiridade*, *secundidade* e *terceiridade* se distinguem,<sup>8</sup> como ser primeiro, ser segundo e ser terceiro, e como potencialidade, atualidade e generalidade, Peirce faz notar que, na investigação dos elementos componentes do pensamento, obtém-se, por via abstrativa, a idéia de primeiro da idéia de terceiro, característica de qualquer representação, mas que isso não implicava ser a primeiridade, enquanto forma elementar da realidade mais abstrata, posterior à secundidade ou à terceiridade. A mônada ou primeiridade não implica a diáda ou secundidade, mas evolui para ela como para o mais complexo. O mesmo se dá com a tríada ou terceiridade. Ao tentar desfazer o equívoco entre o processo involutivo e o processo evolutivo que relacionam as três

---

<sup>8</sup> Peirce, desde os últimos anos do século XIX e, especialmente, desde os primeiros anos do século seguinte, adotou a tríade categorial constituída pelas idéias de primeiridade (*firstness*), secundidade (*secondness*) e terceiridade (*thirdness*), para ordenar todo o universo fenomênico. A elas fez corresponder as formas monádicas, diádicas e triádicas da lógica dos relativos, como as mais simples formas relacionais passíveis de serem construídas, com base nas quais qualquer outra forma relacional também poderia ser construída. As três formas, contudo, demonstram ser irreduzíveis umas às outras e a qualquer outra forma passível de ser construída. Cf. CP 1.300-49 e SILVEIRA, Lauro Frederico Barbosa. “Pensar é estar em pensamento”. In SILVA, Dinorá Fraga da; VIEIRA, Renata. *Ciências cognitivas em semiótica e comunicação*. São Leopoldo: Unisinos, 1999. p. 51-65.

noções categoriais elementares, Peirce é levado a criticar a restrição que Hegel faz ao que, na forma de lei ou de hábito, pode se seguir à potencialidade e, conseqüentemente, a criticar a restrição imposta pela dialética hegeliana aos modos de ser no universo fenomênico. Essa tentativa permite também que se apresente o caráter irreduzível da primeiridade e da secundidade à terceiridade, ao conceito, e à lei.

No ano de 1903, vários textos repetem o mesmo teor da crítica acima apresentada. Embora reconhecendo o avanço de Hegel com relação a Kant no estabelecimento da tríade categorial, Peirce detém-se, em *The Principles of Philosophy*, na indevida desvalorização da secundidade como fato bruto, e da primeiridade como potencialidade positiva (CP 1.521-4). No projeto desse livro nunca levado a termo, Peirce ainda insiste em que toda investigação, ao perguntar sobre a essência de alguma coisa, pergunta sobre primeiridade ou o poder-ser dessa coisa ou dessa reação: uma série infinita de primeiridades se estabelece, o que não é inútil mas imprescindível, embora inesgotável e de si só insuperável. Não procedendo à síntese por superação, não coincide com a proposta hegeliana e não corre o risco de tomar-se obscura ao se aprofundar a investigação. Subjacente a essa proposta, pode-se esperar encontrar a irreduzibilidade recíproca das categorias peirceanas e que, para ultrapassar a investigação da essência, seja necessário experimentar o objeto, e ainda que, para representar a lei, interprete-se a relação da essência à existência (CP 1.543-4).

No mesmo ano, em *Pragmatism and Pragmaticism*, volta Peirce a criticar o reducionismo hegeliano. De início (CP 5.44), Peirce opõe-se à pretensão de tratar a primeiridade ou, em termos hegelianos, o imediato, como uma forma abstrata do pensamento ou do ser. A confusão entre o modo de se explicitar uma idéia e a própria concepção dessa idéia, já exposta anteriormente, é pressuposta; insiste Peirce, no entanto, em sua crítica, perguntando exemplarmente se a poesia que faz o presente aparecer enquanto tal, é mais abstrata que as outras formas de expressão ou se ela é abstraída, como acredita querer significar o abstrato para Hegel, de uma forma, guardando consigo um caráter de negatividade e reação. A qualidade de ser primeiro insiste Peirce, é positiva e não reativa, caracterizando aquilo que é tal como é: a talidade (*suchness*) do real. No decorrer do texto (CP 5.90-2), o modo específico de ser, tanto da primeiridade quanto da secundidade, é reafirmado contra o *aufhebung*. Peirce denuncia a obsessão de Hegel ao identificar o *absoluto* com o uno, e ao considerar uma contradição *in adjecto* como co-presença de três absolutos. Se o geral, como terceiridade, envolve a secundidade e a primeiridade, não as reduz a si. Ao contrário, exige para garantir sua realidade mediadora, que o fato continue tal como é, assim como a potência se mantenha enquanto tal. Ação e reação são irreduzivelmente reais a seu modo, assim como nenhum conceito não substitui o *vermelho* em sua *qualidade*, ou *talidade*. Essa mesma proposição, Peirce retoma-a em 8 de junho de 1903, numa carta a William James, ao dizer:

...para mim, a doença fatal da filosofia de Hegel é que, vendo que o *Begriff*, em certo sentido, implica secundidade e primeiridade, não conseguiu ver que, apesar disso, estas últimas são elementos do fenômeno que não podem ser *aufgehoben*, mas que devem ser tão reais e capazes de manter-se em seus fundamentos quanto o próprio *Begriff*. (CP 8.267)

O Pragmaticismo seria, no dizer de *What Pragmatism is*, mais perfeitamente triádico do que o hegelianismo, pois não consideraria a terceira categoria nem como um

novo estágio de pensamento nem como capaz de construir, auto-suficientemente, o mundo. Comporia, com efeito, com as outras duas categorias, no papel de elementos independentes e distintivos, uma realidade tri-una (CP 5.436).

O terceiro tópico, a saber, a restrição das conclusões permitidas pela inferência dialética de Hegel, concentra-se em textos produzidos no período de 1893 a 1902.

Em *Evolutionary Love*, texto datado de 1893, ao discutir, em nível metafísico, os três modelos interpretativos da evolução cósmica – um, exclusivamente baseado no acaso (*ticismo*); outro, baseado na estrita necessidade (*anancismo*), e um terceiro, baseado na tendência à aquisição de hábitos por afinidade originária (*agapismo*) –, Peirce localiza a concepção hegeliana de evolução no interior da segunda tendência, sob a forma de um necessitarismo interior à consciência. Uma lógica inexorável conduzirá os passos tateantes para uma única direção, conferindo à lógica, diríamos, um caráter ontológico, de não só servir de guia para o pensamento, mas de ser a própria manifestação do pensamento. O equívoco subjacente a tal pretensão seria exatamente o de restringir a uma única conclusão possível as inferências lógicas, sejam estas necessárias ou prováveis, excluindo a possibilidade da livre escolha. A inexata compreensão da forma da inferência, que não a representa no contexto da rede de relativos, e a falta de trato com a matemática que, em outra ocasião, Peirce aponta em Hegel, seriam responsáveis por essa indevida restrição (CP 5.368).

Hegel teria tomado a lógica pelo seu produto e não pelo seu procedimento. No texto de 1896, *The Logic of Mathematics*, já aqui mencionado a respeito da redução de todo pensamento ao conceito, Peirce denuncia nesse autor o desconhecimento do caráter observacional e experimental do argumento. Hegel restringir-se-ia a adotar a forma do dilema e a proceder negativamente para concluir com base em premissas. Nessa ocasião, Peirce contrapõe a dialética hegeliana ao método diagramático adotado desde Euclides, que experimenta num quadro de relações as diversas conclusões possíveis, todas elas dotadas de força apodíctica, mas que não se excluem umas às outras.

Introduzir uma visão evolucionária no processo de conhecimento, embora assumida pelo próprio Peirce, supõe, diz o autor, que se evite forçar os passos para uma meta preconcebida, e não permitir a observação isenta de toda a gama de possibilidades que a apreensão da forma permite. De modo mais analítico, critica-se novamente a visão anancástica, necessitarista, determinada pela dialética hegeliana, que reduz o que, no máximo, pode ser considerado um encaminhamento especial num amplo campo de possibilidades, a uma única via necessária da evolução, iludindo-se quanto à possibilidade de se prever uma meta única a ser alcançada – e de novamente conferir ao futuro características de passado (CP 1.481).

A autocorreção pertence, segundo Peirce, a toda forma de pensamento e não privilegia nenhuma. A indução, como teste de hipóteses, devidamente deduzidas em suas conseqüências, ao longo da experiência, é a forma mais evidente de tal propriedade. Mas tanto a dedução, que igualmente supõe a observação e a experimentação no diagrama, quanto a retrodução ou construção de hipóteses, que supõe a insistência na observação dos fatos na convicção de que surgirá uma idéia para explicá-los, apresentam, cada uma a seu modo, essa propriedade (*Methods for Attaining Truth*, CP 5.579-82).

É a observação concomitante ao processo de construir o pensamento como campo de experimentação, que permite à razão inferir as conseqüências. Em *Why Study Logic?* (CP 2.216), texto de 1901 ou 1902, Peirce faz menção, no entanto, à dialética como um método defendido por certos lógicos como observacional não matemático,



porque não diagramático, mas que seria dotado de inevitabilidade em suas conclusões. Recusando-se, no momento, a tomar uma posição pessoal a esse respeito, Peirce, contudo, faz notar que, para outros lógicos, tal método não só é extremamente inseguro quanto é gerador de ilusões em quem o pratica.

O quarto tópico, sobre o qual se baseia a crítica peirceana à dialética de Hegel e de seus seguidores, é a confusão que em tal método se faz entre ser e ser representado. Os textos que criticam a redução dos modos de ser e de pensar ao conceito certamente implicam a crítica a essa identificação; mas existe, ao menos, um texto que aborda especificamente esse tópico e que merece ser considerado. Em 1902, em *Parts of Carnegie Application* (L75)<sup>9</sup> (NEM 4:30 ss), Peirce especialmente aborda essa questão, embora ela implique a denúncia da irreducibilidade da secundidade e do mundo exterior ao pensamento. Identificando o ser e o ser representado, além de ter rejeitado a categoria de reação, reduzindo-a ao pensamento como uma etapa a ser negada e conservada, Hegel teria não só submetido o ser ao ser do conceito, mas conferido a este um caráter pretensamente concreto, particularizando sua ação no mundo. Essa ação se apresentaria, ela mesma, como uma atividade representada.

Assumindo, por sua vez, a facticidade como um modo irreduzível de ser, Peirce libera o conceito de toda restrição em caracterizar-se como real e lhe confere uma causalidade específica na representação geral, tal como a de verdade e de direito, no sentido aristotélico e evolucionário de uma causalidade final irreduzível à causalidade eficiente.

Finalmente, o quinto tópico que proponho encontrar na crítica de Peirce à dialética hegeliana não é de modo algum o que mais tardiamente se apresentou nos escritos peirceanos. De 1887 até 1903, pelo menos, Peirce denunciou a submissão imposta por Hegel da lógica à metafísica e, desta, a uma visão originariamente teológica.

Em *The Fixation of Belief* (CP 5.385), o método a priori de fixação da crença, como já foi visto, é apresentado como aquele que caracteriza o sistema hegeliano. Este o teria assumido a ponto de converter a própria variação sucessiva de tendências da razão em sua própria lógica, conferindo-lhe foro de transcendentalidade. Medir-se pela tendência, embora conflitante, da razão seria bem aceito por metafísicos à medida que, de modo apressado, considerassem a forma experimentada do pensamento como paradigma da realidade e submetessem, sub-repticiamente, esta própria forma aos seus interesses. A razão, convencida de ser dotada de um caráter fundante absoluto, não experimentaria a necessidade irreduzível de confrontar-se com a rudeza dos fatos e de explorar muito mais amplamente sua potencialidade de pensar, livre da pretensão de instaurar a totalidade do real.

No comentário a *The Religious Aspect of Philosophy*, de Josiah Royce, em 1888, a mesma crítica é retomada, apontando o equívoco dos metafísicos alemães ao pretenderem sustentar, na lógica formal, teses transcendentais metafísicas e teológicas sem antes cuidadosamente verificar a plena capacidade do aparato lógico na qual as teses iriam fundamentar-se. Descuidando-se dessa tarefa preliminar, teriam deformado a razão e concebido, erroneamente, a função do termo, da proposição e do conceito. A Kant, essa crítica só se aplicaria parcialmente; a Hegel e a seus seguidores, porém, ela se dirige frontal e nominalmente.

---

<sup>9</sup> L 75 corresponde à carta número 75, constante de ROBIN, op. cit.



A falta de experiência com o trabalho matemático, de que Peirce jamais acusaria Kant, é apontada como a razão decisiva para as ilusões lógico-teológicas de Hegel. Desconhecendo a real experiência construtiva da razão diante do inexorável confronto da potência da idéia com a resistência apresentada pelo fato da própria experiência, teria Hegel pretendido absorver a totalidade do real na terceiridade como síntese conceptual. Familiarizado somente com o trato teológico da palavra revelada, aquele filósofo lançaria mão de rudimentares recursos do cálculo para desenvolver questões metafísicas, definindo-as numa pretensa exclusividade que, de modo algum, a lógica *exigía* e contra a qual a experiência protestava.

O que teria sido uma deficiência de Hegel no interior de um projeto cujos méritos, em 1903, Peirce plenamente passara a reconhecer (CP 1.521-3), infelizmente não foi superada pelos discípulos ao longo do século. Ao contrário, a vaidade da razão continuou a ser entretida, e somente mudanças superficiais teriam sido tentadas, sem tocar no material quebradiço com que tão promissor sistema teria sido construído. Os discípulos conhecidos por Peirce certamente eram os que encaminhavam o hegelianismo para as questões da religião e da subjetividade. Em nenhum momento, parece-me ter Peirce dedicado algum estudo ao pensamento da, assim denominada, esquerda hegeliana ou, especialmente, de Marx, ao qual somente faz uma menção indireta em uma resenha ao livro de Maurice Barrès, *L'Enemi des Lois*, datada de 1893.<sup>10</sup>

### Bibliografia

EISELE, Carolyn (Ed.). *The new elements of mathematics of Ch. S. Peirce*. The Hague, Mouton, 1976. [As referências a essa obra se fazem com as três letras NEM, seguidas do número do volume e do número da(s) página(s).]

HAACK, Susan. Fallibilism and necessity. *Syntese* 41 (1979).

KETNER, Kenneth Lane (Ed.). *Contributions to the Nation (1869-1893)*. Lubock, TX: Texas Tech University Press, 1975. v. 1.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. Sel. e trad. J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1977.

ROBIN, Richard. *The anotated catalogue of the papers of Ch. S. Peirce*. Amhesrst, MA: The University of Massachusetts, 1967. [MS]

SILVEIRA, Lauro Frederico Barbosa. Pensar é estar em pensamento. In: SILVA, Dinorá Fraga da; VIEIRA, Renata. *Ciências cognitivas em semiótica e comunicação*. São Leopoldo: Unisinos, 1999. p. 51-65.

SMITH, John E.; KLUBACK, William (Ed.). *Josiah Royce, selected writings*. Mahwah, NJ: Paulist Press, 1988.

---

<sup>10</sup> *Contributions to the Nation (1869-1893)*, v. 1. Edited by Ketner, Kenneth Lane. Lubock, TX: Texas Tech University Press, (1975). p. 206.